



## PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a Lei nº 7.474, de 8 de maio de 1986, para dispor sobre restrição ao exercício dos direitos de ex-Presidente da República.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** O art. 1º da Lei nº 7.474, de 8 de maio de 1986, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“**Art. 1º** .....  
.....

§ 3º O disposto no *caput* não se aplica ao ex-Presidente da República que venha a ser condenado em segunda instância em face de improbidade administrativa ou infração penal cuja prática implique inelegibilidade ou pena de reclusão.” (NR)

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

O cidadão ou qualquer agente público que é condenado pela prática de um ato ilícito, em determinadas condições, pode ter restringidos os seus direitos, ou o seu exercício, enquanto durar a condenação. Na hipótese de que essa pessoa tenha exercido o cargo de Presidente da República, essas exigências devem ser igualmente postas em lei com clareza e nitidez.

Há situações, como a prática de improbidade e aquelas disciplinadas pela Lei de Inelegibilidade, especialmente após as alterações que lhe foram impostas pela Lei de Ficha Limpa, em que se recebe, como pena acessória da condenação penal, a restrição à sua elegibilidade. E há ilícitos penais cuja condenação pode implicar a pena de reclusão, ainda que não resulte, necessariamente, em inelegibilidade.



Não pode, assim, ser candidato a cargo algum, o que inclui, naturalmente, a vedação a qualquer pretensão de ser candidato à suprema magistratura da República, o cargo de Presidente.

Nessas condições, conforme entendemos, não deve ter acesso aos direitos que o ordenamento jurídico endereça aos ex-Presidentes da República, como a proteção por agentes federais, a assessoria de servidores públicos comissionados remunerados pela União, assim como veículos e seu combustível igualmente à custa do Erário.

A dignidade da condição de ex-Presidente da República, e o exercício dos direitos que lhe são respectivos exige de quem se acha situação comportamento minimamente compatível com ela, e tal comportamento é incompatível com a condenação criminal, especialmente quando tal condenação ocorre em razão da prática de atos de corrupção e outras infrações criminais que, quando reafirmadas em segunda instância, implicam, nos termos da lei de regência, a inelegibilidade.

Assim, entendemos que é proporcional e razoável que ao ex-Presidente que, em razão de seus próprios atos, se situa na condição legal de inelegibilidade, não pode ser objeto dos direitos e das vantagens que a Lei assegura, em regra, aos demais ex-Presidentes.

Solicitamos aos eminentes pares as ações necessárias e as medidas imprescindíveis ao aperfeiçoamento, ao exame e à aprovação desta iniciativa.

Sala das Sessões,

Senador JOSÉ MEDEIROS

